



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I - CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

A configuração jurídico-constitucional do Ministério Público

SEGUNDA PARTE

QUESTÕES

1. Que vem a ser controle jurisdicional de constitucionalidade? Quais os efeitos da declaração de inconstitucionalidade?
2. Qual o significado e a importância para o Ministério Público, na persecução criminal, dos princípios constitucionais da legalidade, da presunção de inocência, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa? Pode-se dispensar a observância de tais princípios na persecução criminal para maior eficiência no combate à corrupção e à criminalidade, especialmente nos casos dos “crimes do colarinho branco”? **Fundamentar** a resposta.
3. O ato lícito da Administração Pública, danoso ao patrimônio particular, às vezes gera obrigação de indenizar. Quais são os requisitos necessários para que o dano, decorrente de ato lícito da Administração Pública, gere obrigação de indenizar?
4. Indique e defina quais são os princípios jurídicos, positivos e não positivos, aos quais a Administração Pública está sujeita.
5. No intuito de fixar rigidamente as competências impositivas tributárias, a Constituição Federal erigiu um outro componente a conjugar-se com a hipótese de incidência para melhor definir a natureza jurídica específica do tributo. **Indique-o, exemplificando.**



PROVA SUBJETIVA

GRUPO II - ECONÔMICO, CIVIL PROCESSUAL CIVIL

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Dissertar sobre os institutos fundamentais do Direito Processual:

- a) **a jurisdição** : conceito, características e princípios;
- b) **a ação**: conceito, natureza jurídica e condições da ação;
- c) **a defesa**: conceito, natureza jurídica, exceções substanciais e processuais;
- d) **o processo**: conceito, natureza jurídica e pressupostos processuais.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. **MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul. Conceito. Principais objetivos.
2. À vista do Código do Consumidor, indique alguns pontos que importam em estabelecer um tratamento tutelar do contrato.
3. Conceitue **posse**, indique e defina suas **espécies**, e aponte os seus principais **efeitos**.
4. Explique os seguintes princípios do regime contratual:
 - a) **da autonomia da vontade**;
 - b) **do consensualismo**;
 - c) **da força obrigatória**; e
 - d) **da boa-fé**.
5. Conceitue **confissão e reconhecimento do pedido** e indique os respectivos efeitos processuais.
6. Conceitue **ônus, deveres e obrigações processuais**. Dê exemplos.



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III – ELEITORAL, PENAL, PROCESSUAL PENAL

PRIMEIRA PARTE

Situação – problema

O querelante Y ajuíza queixa – crime contra X, querelado, porque este, em programa radiofônico, afirmara que Y desviara verba federal destinada à Prefeitura, e da qual deveria prestar contas, mensalmente, para a construção de posto de saúde. Y é Prefeito Municipal e X jornalista. O querelante tipifica o fato como injúria, após dizê-lo falso. O Juiz criminal abre vistas ao Promotor de Justiça. Este, em seu pronunciamento, realça que Z também, e no mesmo programa, afirmara o mesmo fato, em despreço a Y. O Promotor de Justiça adita a queixa – crime para que nela figure Z, aduzindo que o Juízo competente, dada a possibilidade da *exceptio veritatis*, é o Tribunal de Justiça, foro natural ao processamento de Prefeitos Municipais. O Juiz aceita o aditamento e declina da competência.

Comente os vários aspectos emergentes da situação – problema, e passíveis de crítica, com a devida fundamentação.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Quais são os sistemas de eleição adotados no País para o Legislativo e o Executivo? Explique como funcionam, com fundamento na Constituição e na legislação eleitoral.
2. O que significa autonomia dos Partidos Políticos? Há limites para tal autonomia? **Fundamentar a resposta.**
3. J, empregador, foi condenado na Justiça do Trabalho a pagar a seu empregado Z a importância de R\$ 20.000,00. A cumprir com a obrigação emitiu cheque sem a devida provisão de fundos. Tipifique, motivadamente, a situação descrita, inclusive abordando a existência, ou não, de concurso de normas, ou de conflito aparente das mesmas.
4. J, peruano, foi expulso de nosso território. Tempos depois, reingressa e, dois meses após seu reingresso, é preso, considerado em flagrante delito. Todavia, hum mês após a sua prisão logra ter revogado o ato expulsório. Indaga-se:
 - a) vale a prisão em flagrante delito, nas circunstâncias em que feita?
 - b) a revogação superveniente do ato expulsório exclui a antijuridicidade do fato?
5. O *iudicium causae* define-se, em situação de conexão instrumental traduzida em ter A tentado matar B e ter ofendido a integridade corporal de C, com os jurados desclassificando a tentativa de homicídio qualificado para lesão corporal. O magistrado presidente do Tribunal:
 - a) pode absolver o réu do delito para o qual aconteceu a desclassificação?
 - b) tem competência para julgar o delito conexo remanescente (lesão corporal em C)?

Fundamente a resposta.

6. O Promotor D, em mãos com os autos de inquérito policial relatado, permanece inerte. A vítima H, que sofrera graves lesões, oferece, no 15º dia, queixa subsidiária. O Juiz recebe a queixa subsidiária. Tanto o Promotor D, quanto o acusado X, de imediato manifestam-se nos autos.

O Promotor D simplesmente repudia a queixa e, reproduzindo exatamente os termos em que posta, apresenta denúncia substitutiva.

O acusado X, argüindo a *ilegitimatio ad causam* da vítima H, porque a ação é exclusiva do órgão acusatório público, aduz que, em havendo queixa subsidiária, antes de enunciar juízo de admissibilidade, o magistrado deveria promover a audiência de conciliação.

Comente, fundamentadamente, apreciando os vários ângulos da questão